

JORNAL DO Federal



Ano XXVII, nº 112 - Março 2016

ENDEREÇO DE DEVOUÇÃO:
AGÊNCIA DOS CORREIOS
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CEP: 70.100-970 - BRASÍLIA/DF

**Revista Psicologia:
Ciência e Profissão**

pág. 4

**Reforma Psiquiátrica
em risco**

pág. 8

PISO SALARIAL

É hora de ampliar a mobilização!

pág. 6

**Violência contra a
mulher e a Psicologia**

pág. 12

AO REMETENTE

- MUDOU-SE
- ENDEREÇO INSUFICIENTE
- NÃO EXISTE O Nº INDICADO
- FALECIDO
- DESCONHECIDO
- AUSENTE
- NÃO PROCURADO
- OUTROS _____

INFORMAÇÃO PRESTADA PELO
PORTEIRO OU SÍNDICO

REINTEGRADO AO SERVIÇO
POSTAL EM ___/___/___.

DATA:

RUBRICA

Olá,

Você está recebendo mais uma edição do Jornal do Federal.

Neste número, você acessa informações atualizadas sobre a tramitação do Projeto de Lei 1.015/2015 – que fixa o piso salarial das (os) psicólogas (os), apresentado em 31 de março do ano passado na Câmara dos Deputados. Atualmente, a matéria encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara.

Esta edição também conta com uma entrevista com a psicóloga e professora Valeska Zanello, representante do CFP no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, sobre saúde mental com enfoque na questão da escuta de gênero. Qual o papel da Psicologia quando se trata de violência contra a mulher? E por falar em saúde mental, a nomeação de Valencius Valencius Wurch como coordenador geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde tem gerado críticas e muita resistência por parte de quem defen-

de uma sociedade sem manicômios.

Confira também as novidades do OrientaPsi, o ponto de encontro da Psicologia no Brasil. Já foram criados 38 grupos de discussão, concluídos oito cursos online e cadastrados mais de 16 mil profissionais na rede social – e vem mais novidade por aí!

Na sessão “Fala, Psicólogo@”, Joseane Oliveira Luz nos apresenta seu trabalho em serviços de medidas socioeducativas na Prefeitura do Município de Lages – SC, com destaque para sua experiência com o Plano Individual de Atendimento (PIA).

Conheça, ainda, as publicações recém-lançadas pelo Conselho: “Mitos e verdades sobre a justiça infantojuvenil brasileira: por que somos contrários à redução da maioridade penal?” e “Inspeções aos Manicômios – Relatório Brasil 2015”, que reafirmam o compromisso do CFP com os direitos humanos e com a formação profissional de psicólogos e psicólogas.



Foto: André Almeida/Ascom - CFP

Manifestantes da luta antimanicomial protestam contra nomeação de Valencius Wurch

Além disso, a revista Psicologia, Ciência e Profissão (PCP), que está em seu 35º ano, é apresentada em uma entrevista especial pelo conselheiro e editor da publicação, Roberto Moraes Cruz.

Em “Memórias da Psicologia”,

passado e presente se encontram: é resgatada a história da luta em defesa dos direitos de crianças e adolescentes e contrária à criminalização da infância e da adolescência no Brasil.

Boa leitura!



Conselho
Federal de
Psicologia

Ano XXVII, nº 112 - Março 2016

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B,
Ed. Via Office, Térreo, sala 104
CEP: 70.070-600 - Brasília/DF Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150
www.cfp.org.br

f /conselhofederaldepsicologia
e @cfp_psicologia

DIRETORIA

Mariza Monteiro Borges
Presidente
Rogério de Oliveira Silva
Vice-presidente
Mária da Graça Corrêa Jacques
Secretária
Sergio Luis Braghini
Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Dorotêa Albuquerque de Cristo
Secretária Região Norte
Vera Lúcia Morselli
Secretária Região Centro-Oeste
João Baptista Fortes de Oliveira
Secretário Região Sul
Meire Nunes Viana
Secretária Região Nordeste
Lurdes Perez Oberg
Secretária Região Sudeste

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Nádia Maria Dourado Rocha
Rosano Freire Carualho

CONSELHEIROS SUPLENTE

Eliandro Rômulo Cruz Araújo
Jacqueline de Oliveira Moreira
Silvana Carneiro Maciel
Viviane Moura de Azevedo Ribeiro
João Carlos Alchieri
Suplente Região Nordeste
Madge Porto Cruz
Suplente Região Norte
Roberto Moraes Cruz
Suplente Região Sul
Sandra Luzia de Souza Alencar
Suplente Região Sudeste

PSICÓLOGOS CONVIDADOS SUPLENTE

Maria Augusta Rondas Speller
Jefferson de Souza Bernardes

COLETIVO AMPLIADO

Ana Maria Jacó-Vilela
Memória da Psicologia
Bárbara de Souza Conte
Psicoterapia
Carla Andréa Ribeiro
Assistência Social
Lóiu de Boni
Álcool e Drogas
Luciana Ferreira Ângelo
Psicologia do Esporte e da Atividade Física
Marco Aurélio Máximo Prado
Direitos Humanos
Raquel Guzzo
Educação e Assistência Social
Rodrigo Torres Oliveira
Psicologia Jurídica
Silvia Koller
Relações com a BVS-PSI
Tânia Grigolo
Saúde Mental
Vera Paiva
Direitos Humanos

COORDENADOR GERAL

José Carlos de Paula

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Maria Goes de Mello

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Maria Goes de Mello
(MTB 9088)

REPORTAGEM

Alexandre Casatti
André Martins de Almeida
Gisele Barbieri
Maria Goes de Mello
Raquel de Lima Marques Alues

REVISÃO

Ana Clara de Medeiros Araújo

CAPA

Marcos Cavalcante Nobre (CFP)

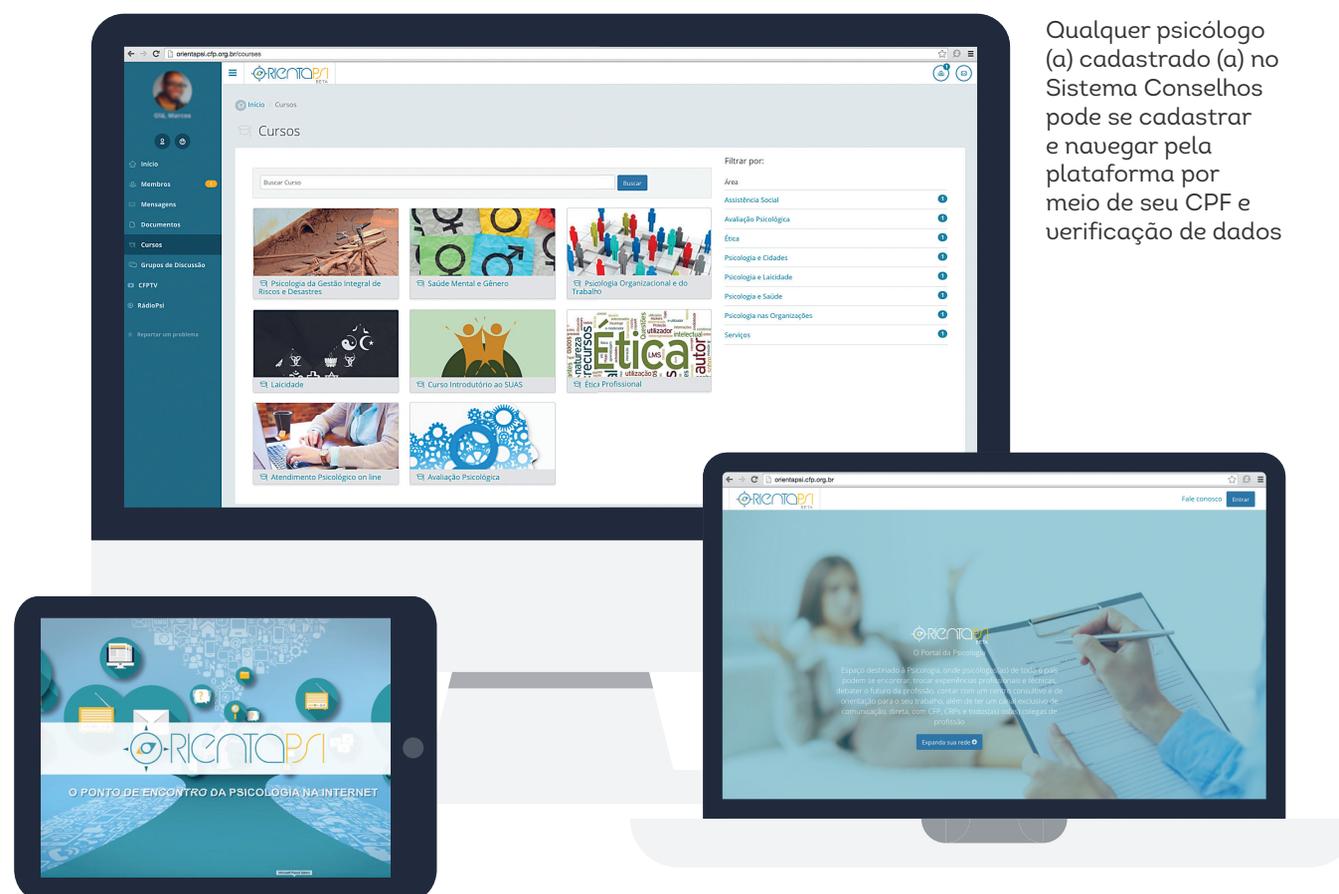
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO



www.agenciainovimento.com.br

OrientaPsi estimula interação entre profissionais da Psicologia

Até hoje já foram criados 38 grupos de discussão, concluídos oito cursos online e cadastrados mais de 16 mil profissionais na rede social



Qualquer psicólogo (a) cadastrado (a) no Sistema Conselhos pode se cadastrar e navegar pela plataforma por meio de seu CPF e verificação de dados

Estimular e aperfeiçoar o diálogo sobre o exercício da Psicologia entre a categoria e com o Conselho Federal de Psicologia (CFP). Essa foi a constatação do Conselho que resultou na criação do OrientaPsi, plataforma interativa que vem se desenvolvendo como um ponto de encontro dos (as) profissionais da Psicologia no Brasil. Lançado em agosto de 2015, esta primeira etapa do projeto, chamada de versão beta, tem contado com procura por todas as suas funcionalidades, entre elas, a oferta de pesquisas, estatísticas e publicações, grupos de discussões, cursos online e uma rede social própria.

Em levantamento realizado até ja-

neiro, em 42 grupos de discussão criados foram propostos 77 tópicos com 766 conversas entre profissionais da Psicologia. Já em relação aos cursos, foram disponibilizados oito, divididos em 42 módulos, concluídos por 4182 psicólogos e psicólogas. A rede social já conta com 16835 perfis ativos.

Qualquer psicólogo (a) cadastrado (a) no Sistema Conselhos pode se cadastrar e navegar pela plataforma por meio de seu CPF e verificação de dados.

Segunda etapa: a gameificação

Que tal fazer um curso online e depois poder trocar por ainda mais

conhecimento? Ou criar um grupo de discussão que se transforma em pontos e, conseqüentemente, em prêmios? Essas são as próximas novidades da nova fase do OrientaPsi.

Seguindo tendência na área de comunicação, a gameificação é um tipo de navegação de sites e aplicativos que está ligado, diretamente, à área motivacional e de interatividade, que estimula a cooperação em comunidades. Um bom exemplo são sites de exercícios físicos que utilizam esse recurso para encorajar seus usuários a se exercitarem mais e de forma mais efetiva e os retribuem com pontos por atividades. Fique ligado (a), que vem mais novidade por aí.



GRUPOS DE DISCUSSÃO

Os grupos de discussão abordam temas em debate sobre a Psicologia e sua atuação na sociedade e no mundo do trabalho, além de promover a troca de opiniões e publicação de arquivos sobre diversos temas. Todos (as) psicólogos (as) cadastrados (as) podem criar grupos e/ou participar deles.



CURSOS

Por meio de metodologia e-learning, o CFP e parceiros oferecem cursos diversificados de Psicologia com módulos multimídia. Já estão disponíveis até o momento: "Avaliação Psicológica", "Atendimento Psicológico Online", "Ética Profissional", "Curso Introdutório ao SUAS", "Laicidade", "Psicologia Organizacional e do Trabalho", "Saúde Mental e Gênero" e "Psicologia da Gestão Integral de Riscos e Desastres".



REDE SOCIAL

A rede social do OrientaPsi oferece interação entre os (as) profissionais da Psicologia que fazem o seu cadastro na plataforma. Por meio de um perfil, gerenciado pelo próprio usuário, é possível participar de grupos de discussão, trocar mensagens com outros atores da categoria, além de acompanhar as publicações das pessoas que você segue. Em seu perfil, o (a) psicólogo (a) poderá inserir uma foto e seus dados profissionais.

Revista Psicologia, Ciência e Profissão: em busca da excelência

Confira a entrevista com Roberto Moraes Cruz, editor do periódico científico produzido pelo Conselho Federal de Psicologia e Sistema Conselhos de Psicologia

Alinhar as necessidades de aperfeiçoamento na editoração de periódicos no Brasil, geradas pelos debates atuais sobre a dinâmica e os desafios da internacionalização da produção: esse é o desafio central que a revista Psicologia, Ciência e Profissão (PCP), produzida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Sistema Conselhos de Psicologia, deve enfrentar para os próximos anos.

O periódico, que está em seu 35º ano, tem feito uma série de mudanças para se adaptar às novas exigências da base de dados da Scielo, definidas em novembro de 2014, a fim de que mantenha sua classificação como Qualis A2 de produção científica e chegar ao selo Qualis A1 de excelência. As alterações se referem ao processo de editoração on-line, com automatização de procedimentos em diferentes formatos, dispositivos eletrônicos e de verificação de elementos textuais/bibliográficos, critérios mínimos de participação de editores associados, revisores e autores estrangeiros, e quantidade mínima de artigos a serem publicados anualmente, em português e inglês.

Para buscar superar esses obstáculos, o conselheiro do CFP Roberto Moraes Cruz, editor da revista desde março de 2015, explica em entrevista para o Jornal do Federal as ações realizadas e os projetos para o periódico nos próximos anos, a fim de que a PCP se adeque ao futuro e busque a internacionalização. Cruz é mestre em Psicologia e em Educação, doutor em Engenharia de Produção e pós-doutor em Métodos e Diagnóstico. Atualmente, é professor e pesquisador do Departamen-

to e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Confira, abaixo, a entrevista.

Quando você assumiu a edição da revista Psicologia, Ciência e Profissão, qual foi a situação encontrada?

Eu assumi a revista no dia 31 de março de 2015, a partir de uma deliberação da plenária de março da atual gestão e, de certa maneira, assumi os desafios que a Revista enfrentava até então. Eu, indiretamente, participava de notícias da revista como conselheiro e a impressão que a gente tinha era de que a revista passava por algumas dificuldades com herança de problemas que essa gestão do CFP, quando assumiu, encontrou em relação ao processo de editoração, no processo de organização do fluxo editorial propriamente dito, do acúmulo de materiais e artigos. Havia números atrasados da revista. Havia um passivo de material a ser publicado, havia um certo descompasso no processo de editoração e de produtividade da revista. O produto final da revista não refletia a agilidade que ela poderia ter em relação a uma outra revista científica no Brasil.

O que foi e está sendo feito para mudar esse panorama?

Assumi a revista para organizar um processo de gerenciamento que desse ou organizasse o fluxo geral da revista. Quando assumi, nós fizemos nossas primeiras reuniões técnicas com a equipe



Foto: André Almeida/Ascom-CFP

Conselheiro Roberto Cruz destaca as mudanças feitas na revista durante o ano de 2015

de trabalho. Esses encontros fizeram com que nós redefiníssemos as diretrizes principais da revista, que eram várias, sendo muitas delas secundárias. Então reunimos a equipe da Comunicação, da Editoração, da Gerência Técnica do CFP, e redefinimos o horizonte da revista, cujas diretrizes principais acabaram se tornando três: ajustar a produção da revista à necessidade dos prazos que ela deveria cumprir, reduzir o passivo – porque no momento que assumimos, havia um passivo bastan-

te alto de artigos em que não havia revisão nem parecer, e reduzir drasticamente, entre o início de submissão e o produto final, a publicação na revista. Esse processo estava em torno de três anos, o que obviamente não é um tempo razoável da qualidade e da história da revista Psicologia, Ciência e Profissão. Nós queremos reduzir esse tempo para oito meses.

A partir dessas três metas colocadas, como foi e está o processo de organização da equipe que produz a revista?

Atualmente, a equipe é formada por dois analistas (Psicologia e Editoração), dois técnicos administrativos e uma estagiária. Definida essa equipe, buscamos um trabalho de capacitação interna dela. Além das reuniões que fizemos de ajustes e diretrizes, houve um maior conhecimento de nossas necessidades, redefinimos o fluxo de editoração, redefinimos prazos dos processos de editoração e publicação, colocamos a equipe em alguns seminários específicos para que ti-

“

Havia um passivo de material a ser publicado, havia um certo descompasso no processo de editoração e de produtividade da revista. O produto final da revista não refletia a agilidade que ela poderia ter.”

uessem acesso à bibliometria e à citometria, os aspectos básicos que envolvem os dados possíveis de indicar cientificamente o quanto a revista está indo bem em relação a outras no Brasil e no mundo. Então, além desse treinamento, nós também contratamos uma assessoria técnica de uma bibliotecária especialista em processo de editoração, que fez curso de capacitação interna e nos ajudou no processo de redução do passivo de artigos.

Todas essas mudanças já surtiram resultados?

Sim. Nós já conseguimos colher frutos ao longo desses poucos meses que estamos à frente da revista. Reduzimos drasticamente o tempo de editoração de um artigo, de três anos para um ano e cinco meses. Ainda não é o nosso ideal, mas a nossa meta é chegar a oito meses. Construímos um processo de avaliação inicial mais rigoroso nos artigos, fizemos uma força tarefa muito grande, de avaliação de artigo por artigo, de parecer por parecer, de parecerista ad hoc e parecerista interno. Fomos devolvendo um a um para cada autor aquilo que havia relevância de publicação, e os outros que não atendiam nós devolvemos com os devidos pareceres, o que, em um primeiro momento, provocou certo choque. Porque a revista começou a fazer um filtro mais aprimorado, pois, antigamente, havia pouca avaliação rigorosa, tanto da estrutura quanto do conteúdo, e assim ficava toda essa carga de parecerista final. Desta forma, construímos o processo de avaliação inicial. Fizemos isso, inclusive, com novas plataformas, novos formulários, check-list de funcionamento da assessoria técnica e hoje podemos dizer que estamos em um processo de gestão de excelência do ponto de vista de avaliação inicial, no primeiro processo de análise do material, o nosso autor já sabe quais os pontos que ele ainda não conseguiu atingir para submeter o artigo, então ele já sabe hoje de uma forma mais célere, quando

ele não atingiu os critérios mínimos formais. Isso sem analisar o mérito, porque aí sim somente os pareceristas ad hoc poderão fazê-lo.

Quais as outras mudanças foram feitas para dinamizar o trabalho da PCP?

Fizemos todo o trabalho de reorganização da revista e seus parceiros, empresas que nos ajudam a confeccionar e avaliar a revista. Mais de uma empresa participava do processo de confecção da revista (revisão, tradução, normatização, diagramação, marcação em XML), o que era um problema. Conversando com a nossa equipe, repactuamos, por meio de licitação Tomada de Preços, a contratação de uma empresa apenas que nos ajuda no processo de editoração. Isso contribuiu bastante porque ficamos uma equipe mais coesa, entendendo mais rapidamente o processo. E quem hoje vê a revista Ciência e Profissão vê que ela está com muito mais artigos (24 textos mais o editorial em formato de artigo – antes eram 17 manuscritos, mais editorial e texto do homenageado). Isso foi necessário para dar conta do fluxo da revista. Então o periódico teve de aumentar a quantidade de artigos, mas isso não vai ficar indefinidamente. Porém, enquanto tivermos artigos represados e de boa qualidade, nós assim o faremos.

Para se adaptar às mudanças pedidas pela Scielo em novembro de 2014, o que a PCP tem feito?

Tem um aspecto muito importante do que mudou: nós fizemos a revisão de toda a política editorial da revista junto à Scielo. Mudamos todos os nossos textos de templates de entrada da Scielo, nós atualizamos vários textos: via de regras, normas, política editorial, escopo da revista, missão, então fizemos toda uma atualização do que espelha a revista hoje, o que ela produz, que maneira produz, formato e critérios mínimos de nossos artigos para serem submetidos. Então, fizemos um esforço de atualizar

todos os nossos dados da Scielo, emitimos relatórios, nossa bibliometria está mais ágil, a gente consegue identificar hoje onde está o artigo e em que processo de publicação. Modificamos nossas planilhas internas, hoje mais precisas.

Além disso, estamos em duas fases importantes agora para atender os critérios da Scielo: a revisão dos nossos pareceristas, pois, no momento de internacionalização exigido da Scielo para a PCP, estamos convidando pareceristas de outras nacionalidades, especialmente nas línguas inglesa e espanhola, que são as outras línguas que a nossa revista atende. Começaremos, a partir desse momento, a publicar artigos em língua inglesa e espanhola para atender a um dos critérios de internacionalização de revistas brasileiras. Isso, obviamente, nos traz mais um desafio interno, que é lidar com mais duas línguas. Hoje nós somos uma revista Qualis A2, e nós temos pretensão de sermos uma revista A1 no Brasil.

E o que ainda falta para a PCP se

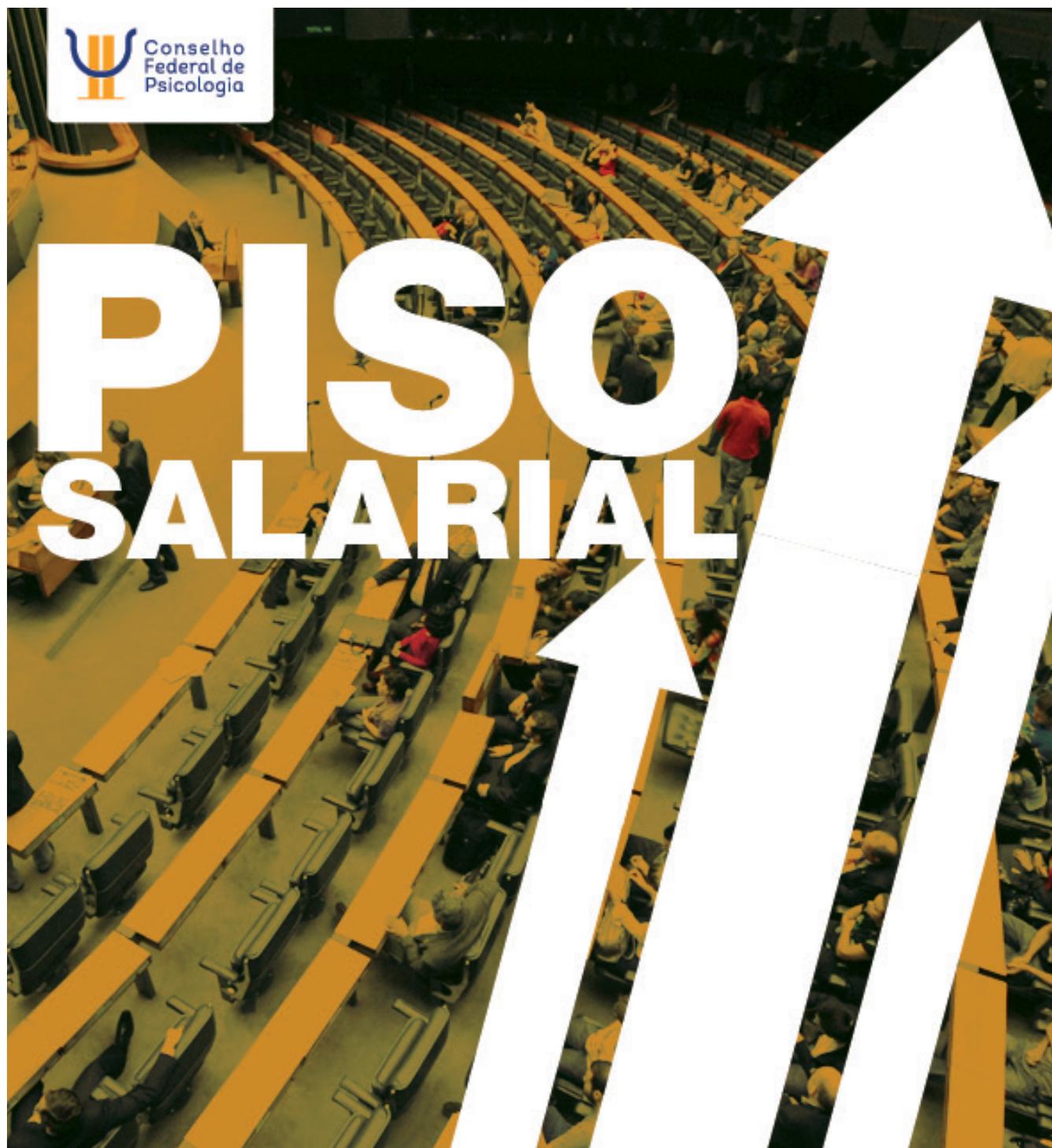
tornar uma revista Qualis A1?

Vários desses critérios (para ser A1) nós já cumprimos, a nossa preocupação foi de que a nossa revista, antes de nos preocuparmos em chegar a qualquer outra meta de qualificação Qualis, que nós reorganizássemos nosso processo, e o tornasse de excelência para ter a pretensão de um processo maior. Eu diria que hoje atendemos quase todos os critérios da Scielo. Falta a indexação de bases de dados internacionais, ou seja, a citação dos nossos artigos nelas. Estamos melhorando esses indicadores, e esperamos, com esse processo de aumento de rigor, de qualificação técnica do material, do indetismo do material, da celeridade, do interesse das pessoas em publicar, crescer o índice de citação bibliométrico da revista. Logo, com a questão da internacionalização dos artigos, atendendo a todos os critérios da Scielo, e, muito em breve, a perseguição das bases de dados, o horizonte é bastante favorável para que a nossa revista continue crescendo em maiores estratos de produção científica.



Foto: André Almeida/Ascom-CFP

Equipe técnica da revista reunida para discussões dos projetos para 2016



Piso dos psicólogos tramita na Câmara dos Deputados

Corrigir discrepâncias e conquistar melhores condições de trabalho. Esses são os objetivos centrais do Projeto de Lei 1.015/2015 – que fixa o piso salarial das (os) psicólogas (os), apresentado em 31 de março do ano passado na Câmara dos Deputados

A proposição, de autoria do deputado Dr. Jorge Silva (PROS/ES), estabelece um valor mínimo de R\$ 3.600 a serem pagos aos profissionais da Psicologia. A proposta é uma antiga reivindicação da categoria, que, apesar de ter a profissão regulamentada há 52 anos, ainda não tem um piso salarial.

Atualmente, a matéria encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, que designou o deputado Rodrigo Martins (PSB/PI) para ser o relator em novembro do ano passado. A categoria aguarda o parecer do parlamentar sobre a matéria. Antes disso, a proposição foi aprovada no dia 21 de outubro na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), por quase unanimidade, tendo apenas um voto contrário.

Caso seja aprovado na CFT, o projeto seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Naquele colegiado, sua tramitação será em caráter conclusivo e a proposta somente irá para apreciação do plenário da casa se for apresentado algum recurso para isso. Depois, irá para a análise dos senadores, tendo como último passo a sanção pela presidente da República.

Para a presidente do CFP, Mariza Monteiro Borges, 2016 é momento de intensificar a mobilização pelos conselhos regionais e pela categoria como um todo para acionarem os deputados integrantes desses respectivos colegiados, a fim de que a matéria tenha tramitação rápida rumo ao Senado Federal. “Continuaremos com nossa tarefa de procurar os deputados presidentes e integrantes das comissões para explicar a nossa luta e a importância vital que esse projeto de lei terá para a categoria, que ainda não dispõe de um piso, diferentemente de outras”, ressaltou.

Justificativa

Em sua justificativa, o autor da matéria destaca que “a fixação de um piso de remuneração mínimo é um elemento fundamental para o bom desempenho da atividade, na medida em que promove a melhoria das condições de trabalho do psicó-

logo, que, percebendo uma remuneração condizente com suas responsabilidades, poderá exercer seu ofício com eficiência. Trata-se, também, de fator de valorização do profissional, que após anos e anos de estudo de graduação e especialização, ainda necessita estar constantemente se atualizando para bem atender os seus pacientes”, ressaltou.

“

Continuaremos com nossa tarefa de procurar os deputados presidentes e integrantes das comissões para explicar a nossa luta e a importância vital para a categoria, que ainda não dispõe de um piso”



Foto: André Almeida/Ascom-CFP

Durante o ano de 2015, o CFP esteve em contato com parlamentares das comissões articulando uma celeridade na tramitação do Projeto do Piso para Psicólogos

Tire suas dúvidas

O PISO SERÁ FIXO EM R\$ 3.600,00 NA DATA DA SANÇÃO DA LEI?

Não. Esse valor é inicial pensado na data de início da tramitação do Projeto de Lei 1.015/2015. Segundo os incisos abaixo da proposta, o valor de R\$ 3.600,00 será reajustado:

- I** – no mês de publicação desta lei, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), elaborado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de abril de 2015, inclusive, ao mês imediatamente anterior ao do início de vigência desta lei;
- II** – anualmente, a partir do ano subsequente ao do reajuste mencionado no inciso I deste artigo, no mês correspondente ao da publicação desta lei, pela variação acumulada do INPC nos doze meses imediatamente anteriores.

Por exemplo, se a Lei for sancionada em 10 de abril de 2016, ela será corrigida de abril de 2015 (início da tramitação da proposição) a março de 2016, mês antecedente à sanção da matéria. Por exemplo, o INPC de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2015 foi de 7,6791%.

O PISO VALE PARA TODOS OS PSICÓLOGOS? A matéria é válida para aqueles profissionais regidos

pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Os deputados federais e senadores (congressistas) não podem legislar em assuntos de competência dos serviços públicos da União, dos Estados e dos Municípios, cujas competências exclusivas para apresentar projetos de lei aos servidores são da presidente, dos governadores e prefeitos, respectivamente. Desta forma, qualquer projeto que seja apresentado desta natureza será considerado inconstitucional.

Apesar de a matéria tratar exclusivamente aos profissionais regidos pela CLT, a atual gestão do CFP entende – assim como o deputado federal Dr. Jorge Silva (PROS/ES), autor do projeto – que com a aprovação do piso, a situação se torne similar aos assistentes sociais. Inicialmente, o piso foi apenas aos profissionais da CLT, mas isso criou um ambiente de maior poder aos servidores pressionarem União, estados e municípios a criarem leis próprias para o piso.

POR QUE O PISO NÃO PODE SER VALORADO EM NÚMERO DE SALÁRIOS MÍNIMOS?

Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), em sua Súmula Vinculante 4, “salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como

indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial”.

Outras decisões que vedam essa iniciativa podem ser conferidas no seguinte endereço: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1195>

O CFP APRESENTOU O PROJETO 1015/2015?

Não. Não é de competência do Conselho Federal de Psicologia (CFP) apresentar um Projeto de Lei, embora seja uma Autarquia de Direito Público, com autonomia administrativa e financeira, cujos objetivos, além de regulamentar, orientar e fiscalizar o exercício profissional, deve promover espaços de discussão sobre os grandes temas da Psicologia que levem à qualificação dos serviços profissionais prestados pela categoria à sociedade.

Essa competência é do Congresso Nacional e/ou dos poderes Executivo e Judiciário, esses últimos casos específicos na Constituição Federal. O Projeto de Lei 1015/2015 foi apresentado pelo deputado federal Dr. Jorge Silva (PROS/ES). O parlamentar procurou o CFP e pediu sugestões à Autarquia, bem como a orientação jurídica do próprio gabinete, para a apresentação da matéria.

Foto: André Almeida/Ascom-CFP



Vice-presidente do CFP, Rogério Oliveira, e presidente do CRP-21 (Piauí), Eduardo Moita, em audiência com o ministro da Saúde, Marcelo de Castro

A Psicologia em defesa da saúde mental

Troca de coordenador geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde é considerada retrocesso para a Reforma Psiquiátrica no país

O avanço da Reforma Psiquiátrica no Brasil está ameaçado. A avaliação é feita por psicólogos, psiquiatras, ativistas da luta antimanicomial e pessoas atendidas pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), em função da nomeação de Valencius Wurch como coordenador geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, em janeiro deste ano.

Valencius substituiu o psiquiatra Roberto Tykanori, reconhecido militante da luta antimanicomial desde os anos 1980, e que esteve à frente da Coordenação de Saúde Mental desde o início do primeiro governo Dilma. Tykanori foi protagonista da Reforma Psiquiátrica ocorrida no Brasil nas últimas décadas, que incluiu a construção Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), centros

de convivência e cultura assistidos, cooperativas de trabalho protegido (economia solidária), oficinas de geração de renda e residências terapêuticas, descentralizando o atendimento em saúde – conforme previsto na Lei Federal que institui o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.

Já Wurch foi diretor-técnico da Casa de Saúde Dr. Eiras, em Paracambi (RJ), que já foi considerado o maior hospital psiquiátrico de administração privada da América Latina, de 1994 até 2000. Naquele ano, o relatório da I Caravana Nacional de Direitos Humanos, promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, constatou no local graves violações de direitos humanos, como o uso frequente e sistemático de eletroconvulsoterapia.

A mudança causou reações críticas por parte dos trabalhadores da Saúde. Durante a Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) de dezembro de 2015, o Sistema Conselhos de Psicologia divulgou uma nota de repúdio e indignação pela indicação – a nomeação efetiva se deu apenas em janeiro – e seu significado no panorama da saúde mental brasileira.

“É inaceitável para esse coletivo calar-se frente ao risco de mais este enorme retrocesso e por isso nos colocamos ao lado de todos os demais movimentos e manifestos de repúdio a esta afronta – uma ameaça de desmonte do SUS e de aniquilamento da reforma psiquiátrica”, aponta o texto.

Além disso, o CFP participou de atos em Brasília e audiências com o ministro Marcelo de Castro, ainda em dezembro e em fevereiro, para demonstrar sua preocupação. O vice-presidente do Conselho, Rogério Oliveira, reforça que o modelo que pode se consolidar a partir da escolha do ministro traz um retrocesso para a área da saúde mental.

“As falas públicas do Sr. Valencius são claramente na direção de que o hospital psiquiátrico volte a ser o centro da rede de atenção psicossocial. Ou seja, esse modelo retrocede para um modelo em que se vislumbra a possibilidade da humanização de um grande hospital psiquiátrico. É um modelo de segrega-

ção. Como protagonista histórica da luta antimanicomial e pela garantia dos Direitos Humanos e de políticas públicas de atenção à saúde mental, nos somamos à defesa das conquistas relativas à humanização do cuidado, descentralização e territorialização do atendimento em saúde já obtidas com a Reforma Psiquiátrica no Brasil”, ressalta.

Desde 15 de dezembro até o fechamento desta edição do Jornal do Federal, as salas da Coordenação de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, em Brasília, estão ocupadas por usuários e profissionais do sistema público de saúde mental em protesto contra a nomeação. A intenção dos manifestantes é, agora, sensibilizar parlamentares no Congresso (principalmente os do PMDB, partido do ministro Marcelo Castro).

Para Aline Alvarez, que integra a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila), a nomeação de Valencius contraria deliberação da conferência da saúde mental de 2001. “A conferência diz que o coordenador precisa ser identificado com a política de saúde mental. Esse senhor nunca teve uma atuação de destaque relevante a saúde mental que não fosse manicomial. Não tem experiência, não tem propriedade, não conhece as novas portarias, não tem legitimidade de ocupar esse cargo”, critica.



Foto: Ascom/CFP

Manifestantes da luta antimanicomial protestam em frente ao prédio do Ministério da Saúde

Publicações lançadas pelo CFP reafirmam compromisso com lutas históricas da categoria

Publicações sobre os 25 anos do ECA e inspeções em manicômios judiciários foram lançadas em 2015 e estão disponíveis pra download no site do CFP



Foto: Ascom/CFP

Publicação traz um panorama sobre condições dos manicômios judiciários no país

Reafirmar seu compromisso com lutas históricas da categoria e investir na formação profissional e humana de psicólogos e psicólogas em todo o país. Em 2015, duas importantes publicações foram lançadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) buscando atingir esses objetivos. Uma visa ampliar o debate sobre a importância da garantia e da defesa dos direitos de crianças e adolescentes, e a outra apresenta a realidade desoladora dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTPs).

Por que somos contrários à redução da maioridade penal?

Embora estejam no centro de uma complexa discussão sobre reduzir a idade para que jovens respondam judicialmente por seus crimes, são eles que, muitas vezes desamparados pelo Estado, sofrem violações de direitos humanos, entre elas a violência e o abuso sexual. Só em 2015, foram 80,4 mil de-

núncias registradas pelo Disque 100 (serviço telefônico que recebe denúncias de violações de direitos humanos) de abusos contra menores de idade. O ano passado também foi marcado pelos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e o CFP disponibilizou para a categoria a publicação “Mitos e verdades sobre a justiça infantojuvenil brasileira: por que somos contrários à redução da maioridade penal?”. O livro busca despertar a reflexão sobre temas essenciais ao debate sobre justiça infantojuvenil, como drogas, violência institucional, ato infracional e suas implicações, e foi lançado em novembro durante o seminário “25 anos do ECA: Refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades”, promovido pela autarquia em Belo Horizonte (MG).

No texto de abertura da publicação a presidente do Conselho, Mariza Monteiro Borges, destaca que o debate sobre a redução da maioridade penal necessita de muita atenção, pois se insere nesse con-

texto e resulta em ações retrógradas como proposições legislativas que visam à retirada de direitos alcançados com muita mobilização social ao longo da história.

Ao todo, 11 artigos expressam a opinião de psicólogos (as), psicanalistas, assistentes sociais e juristas. “Este livro é uma tentativa de desmitificar e de produzir respostas, perguntas, inflexões e reflexões sobre a questão no país. Devemos lutar pelo respeito e efetivação do ECA após 25 anos de sua promulgação, enfatiza Rodrigo Tôres Oliveira, coordenador da Comissão jurídica do CFP.

Inspeções aos Manicômios - Relatório Brasil 2015

Outra publicação lançada em 2015 pelo CFP traça um panorama de um tema também atual em nossa sociedade. Os avanços trazidos pela reforma psiquiátrica e pela luta antimanicomial ainda convivem lado a lado com violações de direitos humanos constatadas em manicômios judiciários no Brasil. Problemas como estruturas precárias e maus tratos aos pacientes foram observados nesses locais após uma série de inspeções realizadas por 18 Conselhos Regionais de Psicologia em 17 estados e o Distrito Federal.

Livro foi lançado pelo CFP em 2015, ano dos 25 anos do ECA

A publicação foi feita por meio de uma parceria do CFP com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde (AMPASA), lançada durante um seminário em setembro de 2015, em Brasília. O livro Inspeções aos Manicômios – Relatório Brasil 2015 é dividido em quatro seções com dados sobre essas inspeções e fotos.

Entre as violações constatadas, estão a superlotação, a alocação de pacientes em celas, número insuficiente ou ausência de advogados (as) e psicólogos (as); onde existem, muitos desses profissionais têm contratações precárias.

“Se, na Justiça penal, a imensa maioria dos alvos preferenciais das agências de controle punitivo são emudecidos na condição de criminosos, na medida de segurança dessa mesma Justiça penal, os direitos e a trajetória do sujeito acusado como criminoso e louco são suprimidos de forma ainda mais atroz, com fundamento na indissociabilidade preconceituosa e institucionalizada entre sofrimento mental e perigo”, afirma a presidente do CFP, Mariza Borges.

Para ter acesso integral às duas publicações, acesse site.cfp.org.br/publicacoes





Joseane Oliveira Luz trabalha como psicóloga em Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

Acabar com o sofrimento psíquico de crianças e adolescentes

Joseane Oliveira Luz apresenta seu trabalho em serviços de medidas socioeducativas

O espaço “Fala, Psicólog@” desta edição contempla a experiência de uma profissional da região Sul, Joseane Oliveira Luz. Ela contou ao Jornal do Federal sobre sua atuação como psicóloga na Prefeitura do Município de Lages – SC, em Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

No próximo número, será apresentada a realidade de trabalho de um profissional do Sudeste do país. Paraparticipar, envie-me-mail para

jornaldofederal@cfp.org.br sinalizando seu interesse ou mande uma mensagem para a página do CFP no Facebook. Confira a entrevista.

Joseane, qual é sua área de atuação dentro da Psicologia?

Sou concursada como psicóloga na Prefeitura do Município de Lages – SC, desde o ano de 2012. Trabalho em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, mais especificamente um Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liber-



Fotos: Arq. pessoal



Criança e do Adolescente (ECA), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) – Lei nº 12.594/2012, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Já a base teórica é a Psicologia Social/Comunitária, e sendo assim as intervenções partem de uma concepção ético-política e crítica da sociedade, entendendo que os fenômenos psicológicos são multifacetados e complexos e estão presentes nas relações psicossociais do sujeito e não somente nele, como se este fosse a-histórico e a-social.

Outros princípios que considero fundamentais na intervenção psicossocial é a necessidade de o psicólogo conhecer e compreender a realidade das comunidades onde atua, incentivar a participação ativa dos sujeitos/instituições/comunidade envolvidos nas problemáticas tratadas e as práticas interdisciplinares.

Como é sua rotina de trabalho?

No Serviço Vida Nova são desenvolvidos também trabalhos em grupos. Há três grupos distintos: a) grupo de acolhimento a famílias dos adolescentes atendidos; b) grupo “Cidadão do Trânsito”, desenvolvido em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, voltado aos adolescentes que cometeram atos infracionais relacionados ao trânsito, e c) grupo “Arte Educação”, que ocorre semanalmente por meio de grupo reflexivo e conta com a participação dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de Liberdade Assistida. Destaco, entre as atividades que já foram realizadas no Grupo Arte Educação, a “Oficina de Pintura em Tela”. Tal atividade permitiu aos adolescentes utilizarem a arte como meio de expressão de sua criatividade, emoções, comunicação, e contribuiu para a construção positiva da sua autoimagem e autoestima.

Os grupos são espaços privilegiados que permitem que os

dade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Este Serviço tem o nome fantasia de “Serviço Vida Nova”.

Antes de atuar na Assistência Social, trabalhei na Secretaria de Educação do mesmo Município, o que certamente me trouxe uma bagagem profissional para compreender os fenômenos psicossociais presentes na minha prática profissional atualmente.

Os parâmetros legais para a execução das ações do Serviço de Medidas Socioeducativas são, principalmente, a Constituição Federal do Brasil, o Estatuto da



Ações realizadas no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) em Lajes/SC



Fotos: Arq. pessoal

sujeitos possam ouvir e dialogar entre si e com a equipe, sentirem-se acolhidos, expor emoções e sentimentos, refletir e desenvolver formas de ver e se relacionar com o outro, aprender com as experiências compartilhadas, entre outras questões que podem ser construídas e desconstruídas no relacionamento grupal.

Além das intervenções já citadas, a equipe do serviço de medidas socioeducativas faz o encaminhamento e o acompanhamento do cumprimento da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade nas instituições conveniadas, articulação com a rede intersetorial, sobretudo, de saúde e educação, ações de prevenção do ato infracional, entre outras.

Cabe salientar que todo o trabalho desenvolvido privilegia a atuação interdisciplinar, já que as equipes contam com profissionais da Psicologia e do Serviço Social. A interdisciplinaridade permite que se observem os fenômenos sob óticas diversas, possibilitando uma compreensão mais próxima da realidade dos sujeitos. Assim, ampliam-se as possibilidades de mobilização dos adolescentes em conflito com a lei para que repensem suas atitudes, projetos de vida, comportamentos, e possam exercer de fato seus direitos e responsabilidades.

O que você considera mais positivo em relação ao seu cotidiano de trabalho?

Analisando o perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no serviço onde atuo, é possível perceber que a maioria, quando cometeu o ato infracional, não havia concluído o ensino fundamental, não estudava e não exercia nenhuma atividade relacionada à profissionalização. Além disso, também é frequente o uso de drogas entre os adolescentes atendidos. Portanto, na minha opinião, o ato infracional é uma consequência de uma situação de vulnerabilidade a que os adolescentes estão expostos, e muitas dessas vulnerabilidades poderiam ser minimizadas se o acesso à proteção integral de direitos garanti-

“

O principal desafio para os profissionais que atuam nessa área é combater os mitos relacionados ao ato infracional, tais como: o mito da “impunidade” de que “O ECA só prevê direitos, passa a mão na cabeça de marginais”, ou ainda “o menor é perverso, violento, bandido, não tem jeito de mudar”

dos na Constituição Federal do Brasil e no ECA fosse efetivado.

Nesse sentido, como pontos fortes da medida socioeducativa em meio aberto, podemos citar em primeiro plano a ação socioeducativa de caráter pedagógico. Entendo que a educação sempre será um caminho melhor do que a punição. Além disso, ela permite a preservação e o fortalecimento do convívio familiar e comunitário, tem potencial para viabilizar acesso a oportunidades de ampliação de informação, cultura, escolarização, profissionalização, desenvolvimento de habilidades e competências e pode estimular o estabelecimento de autoconfiança e autonomia.

Considero que a atuação da Psicologia em serviços de medidas socioeducativas é importante porque podemos contribuir para a compreensão dos fenômenos psicológicos implicados no processo de envolvimento dos adolescentes em atos infracionais. A partir dessa compreensão, pode-se intervir no sentido da construção da identidade desses adolescentes e no desenvolvimento de projetos de vida saudáveis.

Quais as limitações que você encontra no seu cotidiano de trabalho?

O trabalho como psicóloga no Serviço de medidas socioeducativas permite visualizar, além das fra-

gilidades que se impõem aos serviços públicos de modo geral, algumas específicas ao contexto dos adolescentes em conflito com a lei.

O principal desafio para os profissionais que atuam nessa área é combater os mitos relacionados ao ato infracional, tais como: o mito da “impunidade” de que “O ECA só prevê direitos, passa a mão na cabeça de marginais”, ou ainda “o menor é perverso, violento, bandido, não tem jeito de mudar”. Tais mitos, propagados principalmente pela mídia, somados ao desconhecimento da legislação – sobretudo o ECA, que prevê sim responsabilização a adolescentes em conflito com a lei – e à falta de uma visão ampliada e crítica sobre as questões sociais e psicológicas relacionadas à adolescência estão fortalecendo a ideia de redução da maioria penal, o que seria um grande retrocesso.

Como profissional que atua no dia-a-dia com adolescentes em conflito com a lei, posso dizer com base em tudo que já vi e ouvi, que os adolescentes têm potencial para mudar as suas trajetórias de vida, o que eles precisam é de oportunidades.

O sistema socioeducativo ainda está longe do que poderia ser considerado ideal, mas é um caminho possível para auxiliar os adolescentes a transformarem a sua realidade.

Saúde Mental e Gênero: o adoecimento psíquico e as violências invisibilizadas

“Se a psicologia não tem uma crítica de gênero, ela acaba sendo uma nova forma de violência, tanto teórica quanto institucional”

A saúde mental com enfoque na questão de gênero é uma discussão que, dentro da Psicologia, vem ganhando espaço pela sua importância e urgência. Uma escuta de gênero que considere as particularidades do que é ser mulher em uma sociedade majoritariamente machista e que reconheça que as causas desse sofrimento são, na maioria das vezes, violências historicamente naturalizadas e invisibilizadas.

Esse sofrimento psíquico gerado por diversas formas de violência física e psicológica, quando não acompanhado de acordo com as especificidades de cada caso, pode ser acentuado, gerando um quadro grave de doenças como a depressão. Essas são algumas das considerações feitas pela professora do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília (UnB), Dra. Valeska Zanello, representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP) no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Ela destaca que, na atuação da Psicologia, quando falamos em saúde mental e gênero é preciso, primeiramente, visibilizar essa violência, depois sensibilizar o profissional para que notifique e escreva isso no prontuário, além de incentivar a desenvolver pesquisas sobre o tema para questionar e problematizar essa relação entre a violência e o adoecimento psíquico. Segundo a psicóloga, pesquisas realizadas em vários países apontam para uma relação muito forte entre esses dois fatores.

Confira abaixo a entrevista da pesquisadora ao Jornal do Federal.

Valeska, as questões relacionadas à saúde mental e gênero fazem parte de sua linha pesquisa

há algum tempo. O que o Livro Saúde Mental e Gênero: Diálogos, Práticas e Interdisciplinaridade”, do qual você é uma das organizadoras, traz sobre o tema?

Esse livro é uma coletânea em que convidei autores, grande parte mulheres, que trabalham com os viés de gênero dentro da Psicologia. Uma parte trata de violência, mas a ênfase é sobre saúde mental. O objetivo dele é repensar a questão do adoecimento psíquico por esse viés. Nos capítulos que escrevi, fizemos uma leitura na história da loucura de autores como o Michel Foucault e Isaias Pessoti, mostrando que mesmo que não se fale na questão de gênero, quase todos os exemplos dados por esses autores são mulheres. Procuramos ler o que não é dito no livro. Quando se fala da loucura são homens falando das “loucas”, o que se fala sobre as mulheres loucas e se naturaliza nessa relação entre loucura e mulheres. Resolvemos explicitar e problematizar essas questões. Percebemos que é muito diferente a história das loucas e dos loucos. Outra abordagem colocada nesse livro é a que problematiza questões como o diagnóstico psiquiátrico – tratando-o como um ato que não é neutro, ele deve ser pensado como um ato hermenêutico. É diferente do tipo de semiologia que se utiliza em qualquer outra abordagem na área de saúde em geral. Por exemplo, um médico que vai diagnosticar uma pessoa que tem diabetes, o nível de insulina é mensurável, já na área de saúde mental os sintomas passam por uma interpretação subjetiva. Para medir a agressividade não existe um “agressivômetro”. E uma das análises com que eu traba-

lho é de que existe uma tolerância para que um comportamento seja considerado agressivo ou não, diferente para homens e mulheres. O nível de tolerância é muito mais baixo para comportamentos mais sexualizados ou agressivos dentre as mulheres, compreendidos como sintomas de uma patologia.

Essa diferenciação pode causar que males para as mulheres?

Eu trabalho com a perspectiva da psiquiatria cultural, que pensa que cada cultura constitui formas de sofrimentos e formas privilegiadas de expressão desse sofrimento. Isto é, quando o sujeito sofre expressando esses sintomas, seu sofrimento é passível de ser reconhecido e validado. A forma de aflição é mediada pela cultura. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders), o DSM, que é um manual para profissionais da área da saúde mental o qual lista diferentes categorias de transtornos mentais e critérios para diagnosticá-los, descreve, por exemplo, no transtorno depressivo o sintoma da tristeza, e o exemplo que ele dá é o choro. Os homens, em geral, na nossa cultura, desa-

“

A violência que mais machuca, tirando o feminicídio, que mata, é a que é invisibilizada e naturalizada”



prendem a chorar (pelo caminho da masculinidade hegemônica), então eu já crio um viés de diferenciação a partir daí. Os diagnósticos também têm incidências diferentes e precisamos fazer uma leitura de gênero sobre essa incidência epidemiológica. Grande parte dos transtornos femininos são depressão e ansiedade. Quando escutamos essas mulheres existe um nível de violência muito grande.

E onde está a raiz desse problema?

Existem alguns aspectos nessa questão. Um deles é que a Psicologia se insere dentro da história do ocidente, assim como outras ciências, e é uma história do patriarcado. Então todas as ciências acabam por reproduzir o discurso que fala do sujeito, e esse sujeito é sempre o homem. Existe uma invisibilidade da questão de gêne-

Foto: André Almeida/Ascom-CFP



Valeska Zanello é professora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB)

Qual sua avaliação sobre as pesquisas e a produção científica que possam auxiliar os profissionais, principalmente da Psicologia, em um olhar do sofrimento psíquico pelo viés de gênero?

No Brasil temos um déficit de crítica, de pensamento político, muito grande, mesmo dentro da academia. Já ouvi de colegas homens que trabalhar temas como gênero é militância ou então frases como "Aqui é metodologia neutra". Em pleno século XXI alguém acreditar em neutralidade na ciência é muita ingenuidade. Mas quando os homens falam isso eu até entendo, pois quem está no lugar do privilégio e/ou do benefício não vai querer mexer, mudar as coisas. Quem terá de ir à luta são as mulheres e isso é um dado muito positivo dentro da Psicologia, pois nós somos maioria na profissão. Precisamos assumir, além do aspecto assistencial da Psicologia, o aspecto da produção de conhecimento. Precisamos falar mais da gente. Na Psicologia clínica, por exemplo, as pesquisas são muito incipientes: quando se usa gênero, se usa mal, no sentido da primeira onda do feminismo, que equipara gênero a sexo, porém não se tem teorias críticas de gênero, e sabemos que o feminismo tem um campo epistemológico vasto, tem um pensamento sério, calcado e filosófico, mas estamos muito aquém. Das poucas pesquisas que temos, algumas são boas, mas muitas não têm conhecimento da parte epistemológica do feminismo e então tem pouca crítica. Um olhar crítico te faz ter uma leitura e uma pesquisa diferentes. A grande questão é: o que temos diagnosticado e tratado? Percebo que as mulheres têm sido psiquiatrizadas, principalmente o sofrimento de gênero.

ro. Pensar isso pelo viés de gênero é politizar esse sofrimento. Não só no sentido de militância, mas de trazer o contexto social e entender aquele sofrimento não como patologia, mas como uma resposta plausível. Precisamos nos olhar e fazer a autocrítica. Nos dois sentidos, no plano epistemológico também, é pouca a crítica às questões de gênero nas teorias psicológicas. As teorias fundamentais, aquelas que abriram grandes campos, foram feitas por homens. São sempre homens escrevendo sobre mulheres, quando mulheres escrevem sobre mulheres, são discípulas desses homens e não querem em geral romper com o mestre, e acabam reproduzindo certas asserções questionáveis. Quando uma mulher vem com um caso de depressão com várias questões de gênero e eu não tenho a sensibilidade de oferecer tratamento por esse viés, eu acabo "psicologizando". Leio esse sofrimento como uma questão individual e interna daquela mulher, e isso é problemático. Se a Psicologia não tem uma crítica de gênero, ela acaba sendo uma nova forma de violência, tanto teórica quanto institucional.

Qual a importância da escuta de gênero como um instrumento para que essas mulheres identifiquem a violência a qual são submetidas e seu consequente empoderamento?

A argentina Clara Coria, que trabalhava com grupos de mulheres, diz algo que acho muito interessante: a escuta de gênero parte da ideia de que você começa um trabalho terapêutico e uma das coisas que você alcança, ao final do processo, é a consciência de gênero. Ou seja, a percepção do lugar onde aquela mulher é colocada. A violência que mais machuca, tirando o feminicídio, que mata, é a que é invisibilizada e naturalizada. Aquela em que elas escutam uma piada, um xingamento, um "não" para o pedido de aumento de salário, são ridicularizadas. Em to-

ro, que vem sendo questionada, mas existe também uma resistência: como se, ao falar desse tema, se quisesse fazer militância e não ciência. Outra questão específica da Psicologia é que a maioria das pessoas que fazem Psicologia são mulheres, por um ponto muito importante: porque os caminhos privilegiados de subjetivação são diferentes (isso eu abordo no curso que eu ministrei disponível na plataforma OrientaPsi). As mulheres se subjetivam pelo dispositivo materno e amoroso, nós somos maioria em todos os serviços de assistência. E isso não é à toa, essa questão do cuidado com o outro, e também não é por acaso que vamos ter salários desiguais. Profissões mais valorizadas e mais bem remuneradas, em geral, estão nas mãos dos homens. A questão do gênero não é obrigató-

ria nos cursos de graduação, mas é possível buscar cursos a distância. Esse curso do OrientaPsi, por exemplo, mostra que o CFP também está aberto e preocupado com essas questões. É muito importante porque nos leva a uma escuta completamente diferente dentro da clínica. Psicologizar é tão ruim quanto psiquiatrizar, é muito reducionista.

“

Precisamos assumir, além do aspecto assistencial da Psicologia, o aspecto da produção de conhecimento”

das essas situações, elas pensam que o problema está com elas. Quando elas conseguem nomear esse tipo de violência, elas percebem que é um problema social, elas se instrumentalizam e conseguem se proteger e se emancipar. Consciência de gênero é um dos resultados da escuta de gênero, pois coloca essas mulheres em um lugar político e social em que elas conseguem perceber as opressões, lidar com elas e a partir dessa percepção começar seu processo de empoderamento.

Um das coisas que buscamos quando realizamos escuta de gênero, é desnaturalizar algo que faz a mulher sofrer e que para elas é destino. Perceber isso como algo que é construído e que ela pode dizer: "Eu não quero mais esse lugar". Um exemplo é o "gaslighting", uma forma de abuso mental que consiste em distorcer os fatos e omitir situações para deixar a vítima em dúvida sobre a sua memória e sanidade.

Desta forma também é possível reduzir a medicalização?

Sim, eu já tive várias pacientes que pararam de tomar remédio. O remédio é uma boa muleta, mas é uma muleta. Mesmo que a pessoa tenha de utilizar para o resto da vida, eu não perco as esperanças de reduzir porque os medicamentos têm efeitos colaterais. Eles não curam, apenas suprimem os sintomas e, dependendo da supressão e de como ela é utilizada, pode ser maléfica. O sofrimento psíquico vem te dizer alguma coisa, algo que precisa ser acolhido e te levar a uma transformação. Se for um sofrimento muito grande a pessoa precisará de intervenção e medicamento, mas se não for, o sofrimento pode ser um aliado no processo de transformação. O processo de psicoterapia exige muito trabalho psíquico e tempo, e hoje as pessoas querem simplesmente a solução. O sofrimento de gênero também coloca as mulheres em um lugar diferente se elas souberem escutar, qualificar e se empoderar a partir disso,



Ilustração: Shutterstock

e o psicólogo tem um papel muito importante nesse processo.

E qual o risco quando o profissional não consegue identificar as causas desse sofrimento como de gênero?

Quando um profissional não enxerga o problema que a paciente também não consegue enxergar, ou até mesmo desqualifica esse problema, é muito perigoso. Por isso seria muito bom que fosse obrigatório o estudo de gênero na graduação, uma disciplina, tanto sobre sexismo como racismo. Podemos aqui fazer um paralelo com o sofrimento específico das mulheres. O que é um sofrimento de gênero? É um sofrimento por ser mulher. Porque essencialmente a mulher sofre? Não, porque certos seres, por terem certas marcas corporais, a partir de certo momento histórico – que são as mulheres a partir do século XVIII – são colocados em lugares desempoderados, e o desempoderamento faz adoecer. Existe aí um paralelo com o racismo, pois você já é colocada em um lugar social de falta de privilégios, de desprestígio, um lugar onde se privilegia, a partir de um século pra cá, um lugar de objetificação sexual. Isso está presente nas propagandas, no assédio na rua. Isso também adocece. As pró-

prias mulheres acabam introjetando esse tipo de representação e se tratam de forma objetificante. E isso também tem a ver com depressão. É a forma como elas se avaliam a partir de um olhar que as objetiva.

E quais são os outros desafios postos para a Psicologia nesse tema?

O principal seria ter uma disciplina sobre o tema na graduação. Enquanto isso não acontece, eu destacaria a necessidade de que os profissionais da Psicologia que não tiveram a oportunidade de trabalhar e debater esse tema durante a graduação procurem cursos, congressos e alternativas, além de ler sobre o tema. Quando você começa a vivenciar e trabalhar a questão de gênero você co-

meça a perceber que isso não está ligado somente a um processo que é seu, e sim, com o simples fato de você ser uma mulher. No momento em que as mulheres percebem e desenvolvem essa consciência de gênero, elas próprias vão pontuando isso, pois existem coisas que eram invariabilizadas e não existe mais como não percebê-las. Também acho que a Psicologia tem um papel muito importante, politicamente falando, pois uma das violências mais comuns e mais banalizadas é a violência psicológica. Em quase 20 anos de clínica nunca atendi um caso de mulher que não relatasse violência psicológica, isso é naturalizado.

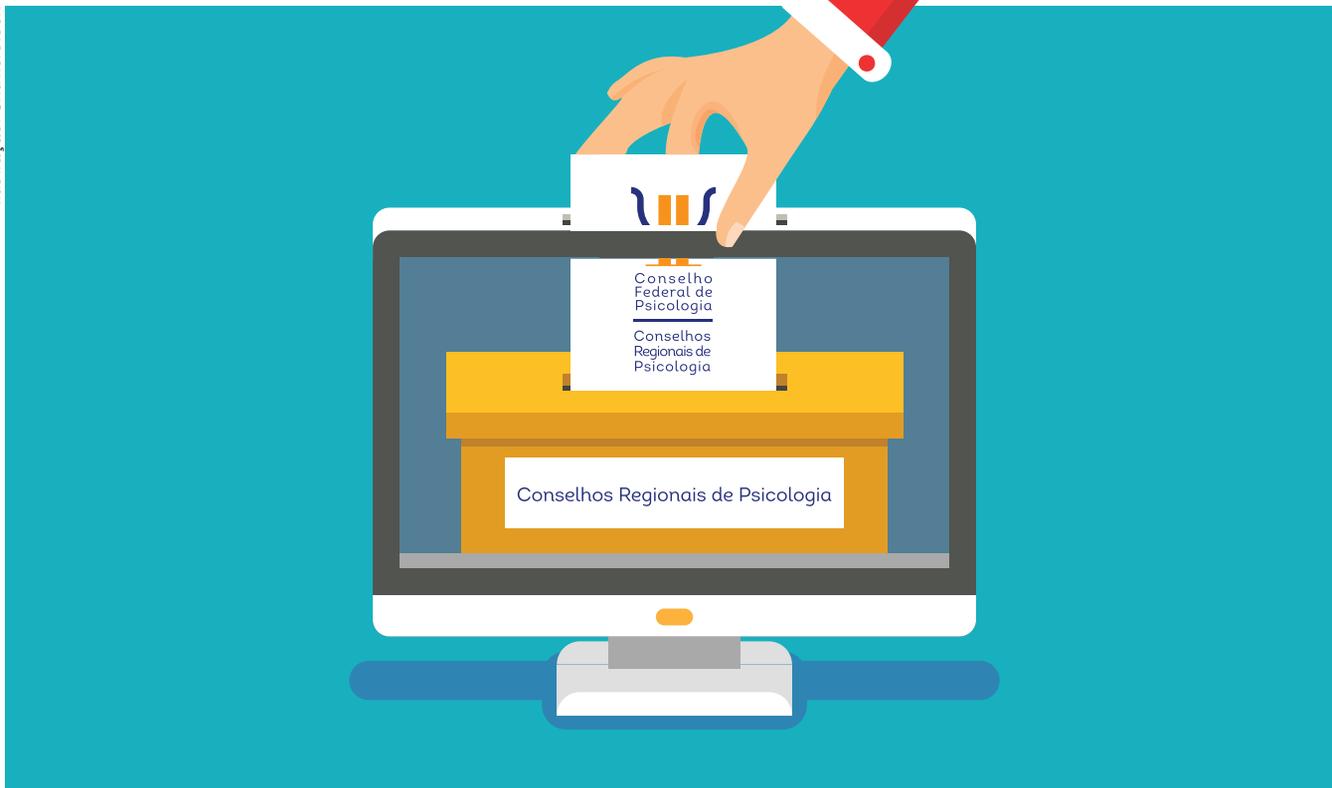
E o que podemos destacar como avanços no trabalho que o CFP vem realizando e por consequência da Psicologia nessa área?

Os estudos da saúde mental com enfoque de gênero são incipientes no Brasil e no mundo todo. Mas no Brasil temos conseguido fomentar discussões de gênero e penso que teremos resultados a curto prazo. Por exemplo, temos o maior congresso de gênero que é o "Fazendo Gênero", que ocorre na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O último Congresso reuniu cinco mil pesquisadoras, e acho que a Psicologia tem cada vez mais se interessado por essas questões. Eu sou representante do CFP no Conselho Nacional de Direitos das Mulheres e temos feito um trabalho muito interessante sobre o tema das mulheres, além da participação neste Conselho. Um deles é um grupo que discute sobre a importância da notificação. Na última reunião, ficou definido que será feito um vídeo de sensibilização para os profissionais de saúde sobre a epidemia das violências contra as mulheres aqui no Brasil, seus impactos sobre a saúde mental, e a necessidade de se trabalhar na rede. Esse vídeo será feito pelo CFP, em parceria com o TJFDT, Ministério Público e Ministério da Saúde, e estará no ar ainda neste semestre.

“

O sofrimento de gênero também coloca as mulheres em um lugar diferente se elas souberem escutar, qualificar e se empoderar a partir disso, e o psicólogo tem um papel muito importante nesse processo”

Ilustração: Shutterstock



Eleições no Sistema Conselhos acontecem em agosto

Para votar, profissional precisa estar em dia com a anuidade dos CRPs e dados cadastrais atualizados

O próximo processo eleitoral para o Sistema Conselhos acontece entre os dias 24 e 27 de agosto de 2016. Nesse sentido, desde o ano passado o Conselho Federal de Psicologia (CFP) vem promovendo uma série de ações – como a enquete sobre a manutenção do voto pela Internet – e produzindo materiais que subsidiem os profissionais sobre esse importante momento de participação da categoria na vida institucional da autarquia.

Para votar, o profissional da Psicologia precisa estar em dia com a anuidade do Conselho Regional de Psicologia correspondente e os dados cadastrais precisam estar atualizados.

O recadastramento pode ser feito em: <http://cadastro.cfp.org.br/cfp/>. Com a atualização dos dados,

os (as) profissionais que residem a mais de 50 km do posto de votação de seu CRP receberão o kit de votação e poderão optar por votar por Internet ou correspondência.

Eleição 2013 em números

De acordo com os dados da última eleição, 84.643 profissionais da Psicologia participaram do pleito, divididos da seguinte maneira: 18.524 votaram por correspondência ou nos postos instalados pelo Brasil e 66.119 deram seu voto, pela primeira vez, de forma online.

A possibilidade do uso pela Internet culminou em um aumento de 13,26% no número total de votantes em relação ao pleito anterior. Em 2010, a participação foi de 74.730 psicólogos e psicólogas com cadastros ativos no CFP.

Erramos

Diferentemente do publicado em trecho da notícia “Pesquisa sobre voto pela Internet apontou que 97,15% da categoria prefere o sistema”, na edição nº 111, onde se lê “Na última Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) do Sistema Conselhos, realizada no fim de maio deste ano, a maioria dos conselhos regionais votou pela proposta de manter o envio de cédulas para todas as psicólogas e todos os psicólogos com cadastrados ativos. Desta forma, foi rejeitada a proposição da atual gestão do CFP, visando gerar economia ao Sistema Conselhos com produção e envio de documentos – encaminhando-os apenas para quem requisitasse participar da eleição por este processo”,

esclarecemos que as propostas sobre o tema “Do Voto por Correspondência – Art. 34º” votadas durante a APAF de maio de 2015 foram apresentadas da seguinte forma:

Propostas

A

Elisa Zaneratto Rosa, presidente do Conselho Regional de São Paulo (CRP-06), propôs: “O voto por correspondência será enviado a todos os psicólogos que residam a mais de 50 km de distância de posto de votação do seu CRP, juntamente com as orientações para a votação pela internet. Caberá ao psicólogo escolher a modalidade de votação a ser utilizada, sendo que, em caso de votação por duplicidade, o voto por correspondência será descartado pela Comissão Regional Eleitoral”.

B

Por parte do Conselho Federal de Psicologia, o vice-presidente Rogério de Oliveira Silva propôs: “Para as cidades onde não seja possível o voto pela internet, ou que a (o) psicóloga (o) opte por votar por correspondência, mediante definições e estudos das Comissões Regionais Eleitorais (CREs), Comissão Eleitoral Especial (CEE) e Comissão Eleitoral Regular (CER), será adotado o voto por correspondência”.

Em regime de votação, a proposta A foi aprovada por vinte e três votos, contra 21 votos em favor da proposta B e uma abstenção.



Fotos: Divulgação

A AAPJ surgiu com a finalidade de proteger e amparar crianças e adolescentes envolvidas em qualquer atividade laboral. A instituição buscava ajudar o poder público a fiscalizar o trabalho evitando situações de exploração infantil

As respostas da Psicologia à criminalização da adolescência na história

As tentativas de criminalização da infância e da adolescência não são algo novo no Brasil. São parte de uma história de um país que, normalmente, tratou a pobreza como um “caso de polícia”.

O impacto da redução da maioridade penal no Brasil é algo brutal. Além de converter jovens pobres e negros em inimigos públicos, a medida desconsidera a peculiar condição de desenvolvimento psicológico, biológico e social de crianças e adolescentes. Adolescência é passagem, fase, etapa, período, trânsito, atravessamento. É estado, condição e limite. Transição entre dois estatutos: o que rege a criança, que brinca e aprende, e o adulto, capaz de se responsabilizar. As transformações do e no corpo biológico do adolescente são marcantes. Bem como as psicológicas e sociais. Adolescer é preparar-se para o próprio e o diferente. É construir identidade.

Somos totalmente contrários à redução da maioridade penal por diversas razões. A redução: 1- não resolve a questão ou o problema, ataca o indivíduo, desconsidera as causas da violência, da criminalidade e do

envolvimento de adolescentes com atos infracionais; 2- é uma resposta irracional a um apelo da sociedade que podemos definir como uma demanda por justiça social, mas que a grande mídia reduz à problemática da redução da maioridade penal; 3- carrega o perigo de criminalização da adolescência com o corolário de atribuir um lugar de periculosidade a todo adolescente que apresente um comportamento desviante; 4- inclui adolescentes num sistema penal falido, num lugar que produz mais miséria humana e criminalidade; 5- secundariza a importância de cumprir o ECA e implementar o SINASE, garantindo a internação para o adolescente conforme os direitos humanos mais fundamentais; 6- generaliza a defesa do Direito Máximo, lei e ordem para o maior número de cidadãos, permitindo que anseios totalitários defendam punições sempre

mais severas; 7- reduz o espaço para a justiça restaurativa, a qual concebe o crime como expressão da história de segregação do condenado, história marcada por conflitos interindividuais, relações de antagonismo e exclusão que se estabeleceram entre a sociedade e o sujeito que se encontra condenado ou em cumprimento de medida de internação.

“

Assustada com a quantidade de crianças que perambulavam e dormiam pelas ruas, vivendo em péssimas condições, Helena Antipoff fundou, com a ajuda de colaboradores, a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais”

Preferimos uma visão que rompe com o positivismo criminológico. Este busca as causas do problema nos indivíduos, destacando as causas individuais ou naturais (vontade, genética, caráter, etc.) como determinações primárias dos atos criminosos ou violentos. Defendemos uma criminologia crítica. Aqui o sujeito que comete o ato infracional não pode ser separado do ato propriamente dito e muito menos das suas relações sociais. Assim, a criminologia crítica investe o corpo do social e da sociedade como responsáveis pela causação multifatorial dos crimes.

Infelizmente, hoje o debate gira em torno de mudar o ECA, aumentar o tempo da internação para aqueles que cometem crimes hediondos, reduzir a idade penal para aqueles que entre 16-18 cometam crimes como roubo qualificado, tráfico de drogas, etc. Retornamos a pergunta:

é necessário e/ou suficiente procedermos assim? E caso a ignorância e a vingança permaneçam, reduzindo-se a idade penal para 16 anos, o que faríamos com os adolescentes de 15, 14, 13, 12 anos? E as crianças?

Assim como reduzir a maioridade penal não resolve o problema, outras respostas que partem do ‘emocionalismo’ social não são necessárias e nem suficientes para o enfrentamento da questão. As consequências perniciosas da redução da maioridade penal também afetam o trabalho do psicólogo. Como trabalhar fora das medidas socioeducativas? O psicólogo, sem a perspectiva da proteção integral, da socioeducação e da responsabilização progressiva, poderia fazer o que? Investir na criminalização da infância e da adolescência significa deixar de promover políticas públicas e sociais nas áreas da educação, da assistência social e da saúde – espaços em que a Psicologia pode oferecer inúmeras contribuições.

As respostas daqueles e aquelas que lutam contra a redução da maioridade penal são aquelas em que a Psicologia pode ter papel importante. Compreendemos que a solução passa por: defender o ECA; implementar o SINASE; intensificar a aplicação, avaliação e controle de medidas em meio aberto; aumento no número de vagas na semiliberdade; fim da reprodução do modelo carcerário adulto na privação de liberdade para adolescentes; sair da ênfase na disciplina, controle, ortopedia, punição; e buscar um modelo socioeducativo, enfatizando aspectos sociais, antropológicos, econômicos, pedagógicos e psicológicos.

Deveríamos refletir: não haveria algo mais sensato a oferecer aos nossos adolescentes e excluídos de toda ordem do que o encarceramento, a vingança a qualquer custo, o desrespeito aos direitos, a criminalização de comportamentos, a condenação à morte pela via de uma cidadania negativa (armas-drogas-crime-prisão-morte)?

As tentativas de criminalização da infância e da adolescência não são algo novo no Brasil. São parte de uma história de um país que, nor-



Foto: Divulgação

Na Associação, foram criados dormitórios para acolher aqueles que não tivessem onde dormir e a frequência na escola era uma obrigatoriedade para aqueles que frequentassem a instituição

malmente, tratou a pobreza como um “caso de polícia”. Da mesma forma, a luta da Psicologia em defesa dos direitos de crianças e adolescentes e contrária à mera criminalização e punição não é algo novo, mas é parte de sua história.

Em 1929, Helena Antipoff, educadora e psicóloga russa, chega ao Brasil, em Belo Horizonte (MG), a convite do Governo brasileiro para



Foto: Divulgação

Em 1929, Helena Antipoff, educadora e psicóloga russa, chega ao Brasil, em Belo Horizonte (MG), a convite do Governo brasileiro.

dirigir o Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento. Assustada com a quantidade de crianças que perambulavam e dormiam pelas ruas, vivendo em péssimas condições, fundou, com a ajuda de colaboradores, a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais com a finalidade de abrigar iniciativas de atenção à infância e à adolescência. Dentre as instituições abrigadas na Sociedade Pestalozzi, uma é digna de nota: a Associação de Assistência ao Pequeno Jornaleiro (AAPJ), em 1934.

Na época, o trabalho era permitido para pessoas a partir dos 12 anos de idade. Muitos adolescentes trabalhavam como vendedores ambulantes de jornais. Jovens dormiam na rua enquanto esperavam o dia amanhecer para receberem os impressos que seriam vendidos e trabalhavam até meia-noite. De acordo com Borges (2014), Antipoff realizou uma campanha para a criação de um serviço de assistência a esses pequenos trabalhadores. A educadora reconhecia a condição especial de ser criança e a necessidade de que ela fosse protegida da exploração.

A AAPJ surgiu com a finalidade de proteger e amparar crianças e adolescentes envolvidas em qual-

quer atividade laboral. A instituição buscava ajudar o poder público a fiscalizar o trabalho evitando situações de exploração infantil e orientar profissionalmente as crianças. Além disso, a Associação pretendia oferecer oficinas com o fim de possibilitar melhores condições de vida do que aquele em que estavam empregados. Foram criados dormitórios para acolher aqueles que não tivessem onde dormir e a frequência na escola era uma obrigatoriedade para aqueles que frequentassem a instituição.

Vemos que Antipoff preocupou-se em oferecer condições para que crianças e adolescentes fossem educados. Nesse caso, a Psicologia serviu para, ao invés de responsabilizar individualmente as crianças por suas condições de vida, oferecer possibilidades para mudar sua vida.

Referências

Borges, Adriana Araújo Borges. *Entre tratar e educar os excepcionais: Helena Antipoff e a psicologia na Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (1932-1942). Tese de Doutorado. Faculdade de Educação./UFMG. Belo Horizonte, 2014. 347. pgs.*

Processos éticos

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 333/2015 - ORIGEM - CRP-04 (18/2009):

EMENTA - Previsão taxativa de resultados, extrapolando a área de atuação profissional.
 DECISÃO CRP: Censura pública
 DECISÃO CFP: Censura pública
 DATA DO JULGAMENTO: 26/06/2015
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges
 RELATOR: Sérgio Braghini

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 365/2015 - ORIGEM - CRP-03 (19/2013):

EMENTA - Laudo psicológico sem fundamentação técnica e científica.
 DECISÃO CRP: Arquivamento
 DECISÃO CFP: Arquivamento
 DATA DO JULGAMENTO: 26/06/2015
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges
 RELATOR: Vera Lúcia Morselli

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 356/2015 - ORIGEM - CRP-06 (036/2011):

EMENTA - Laudo psicológico parcial e tendencioso, impedindo a adoção de menor pelo casal.
 DECISÃO CRP: Aduertência
 DECISÃO CFP: Aduertência
 DATA DO JULGAMENTO: 26/06/2015
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges
 RELATOR: João Carlos Alchieri

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 563/2015- ORIGEM - CRP-03 (001/2013):

EMENTA - Suposto abuso sexual contra menor durante os atendimentos.
 DECISÃO CRP: Censura pública
 DECISÃO CFP: Aduertência
 DATA DO JULGAMENTO: 26/06/2015
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges
 RELATOR: João Baptista Fortes de Oliveira

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 484/2015 - ORIGEM - CRP-06 (125/2012):

EMENTA - Suposta divergência entre as declarações em juízo e informações ao cliente.
 DECISÃO CRP: Arquivamento;
 DECISÃO CFP: Arquivamento
 DATA DO JULGAMENTO: 26/06/2015
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges
 RELATOR: Dorotéa Albuquerque de Cristo

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 624/15 - ORIGEM - CRP-12 (327/10):

EMENTA - O psicólogo manteve vínculo afetivo com a ex esposa de seu cliente, prejudicando o tratamento.
 DECISÃO CRP: Suspensão por 30 dias, ad referendum do CFP
 DECISÃO CFP: Suspensão por 30 dias
 DATA DO JULGAMENTO: 24/07/2015
 PRESIDENTE DA SESSÃO:
 Maria da Graça Corrêa Jacques
 RELATOR: Rogério de Oliveira

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 629/15 - ORIGEM - CRP-06 (002/2014):

EMENTA - Irregularidades na internação de dependentes químicos involuntários.
 DECISÃO CRP: Cassação do registro de Pessoa Jurídica
 DECISÃO CFP: Cassação do registro de Pessoa Jurídica
 DATA DO JULGAMENTO: 24/07/2015
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Rogério de Oliveira
 RELATOR: Maria da Graça Corrêa Jacques

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 630/15 - ORIGEM - CRP-06 (076/12):

EMENTA - Laudo psicológico parcial e tendencioso, prejudicando a relação parental.
 DECISÃO CRP: Arquivamento
 DECISÃO CFP: Arquivamento
 DATA DO JULGAMENTO: 24/07/2015
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Rogério de Oliveira
 RELATOR: Eliandro Rômulo Cruz Araújo

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 633/15 - ORIGEM - CRP-04 (022/2009):

EMENTA - Irregularidades quanto à publicidade e ao repasse de valores à Escola de Formação de Vigilantes.
 DECISÃO CRP: Censura Pública
 DECISÃO CFP: Censura Pública
 DATA DO JULGAMENTO: 24/07/2015
 PRESIDENTE DA SESSÃO:
 Maria da Graça Corrêa Jacques
 RELATOR: Eliandro Rômulo Cruz Araújo

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 634/15 - ORIGEM - CRP-04 (020/2009):

EMENTA - Laudo psicológico parcial e tendencioso, prejudicando a relação parental.
 DECISÃO CRP: Aduertência
 DECISÃO CFP: Aduertência
 DATA DO JULGAMENTO: 24/07/2015
 PRESIDENTE DA SESSÃO:
 Maria da Graça Corrêa Jacques
 RELATOR: Vera Lúcia Morselli

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 728/2015 - ORIGEM - CRP-07 (013/10):

EMENTA - Laudo psicológico parcial e tendencioso, prejudicando a relação parental.
 DECISÃO CRP: Aduertência
 DECISÃO CFP: Aduertência
 DATA DO JULGAMENTO: 21/08/2015
 PRESIDENTE DA SESSÃO:
 Mariza Monteiro Borges
 RELATOR: Sérgio Luis Braghini

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 811/2015 - ORIGEM - CRP-07 (002/14):

EMENTA - Falsificação de documentos.
 DECISÃO CRP: Aduertência
 DECISÃO CFP: Arquivamento
 DATA DO JULGAMENTO: 21/08/2015
 PRESIDENTE DA SESSÃO:
 Mariza Monteiro Borges
 RELATOR: Roberto Moraes Cruz

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 783/2015 - ORIGEM - CRP-06 (025/2011):

EMENTA - Laudo psicológico sem fundamentação técnica e científica.
 DECISÃO CRP: Aduertência
 DECISÃO CFP: Aduertência
 DATA DO JULGAMENTO: 21/08/2015
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges
 RELATOR: Viviane Moura de Azevedo Ribeiro

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 758/2015 - ORIGEM - CRP-08 (002/2014):

EMENTA - Não realização do registro de pessoa jurídica no CRP-08
 DECISÃO CRP: Censura pública
 DECISÃO CFP: Aduertência
 DATA DO JULGAMENTO: 21/08/2015
 PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges
 RELATOR: Dorotéa Albuquerque de Cristo

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP
Nº 699/2015 - ORIGEM - CRP-06 (001/2013):**

EMENTA – A clínica contratou profissional não registrado no Conselho Regional de Psicologia.
DECISÃO CRP: Multa no valor de 05 anuidades
DECISÃO CFP: Multa no valor de 05 anuidades
DATA DO JULGAMENTO: 25/09/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Rogério de Oliveira

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP
Nº 2624/2014 - ORIGEM - CRP-04 (009/2009):**

EMENTA – Violação dos direitos humanos em comunidade terapêutica.
DECISÃO CRP: Suspensão por 30 dias, ad referendum do CFP.
DECISÃO CFP: Suspensão por 30 dias, ad referendum do CFP.
DATA DO JULGAMENTO: 25/09/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Maria da Graça Jacques

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP
Nº 996/2015 - ORIGEM - CRP-11 (088/2013):**

EMENTA – O psicólogo interveio em atendimento psicoterapêutico de menor, já acompanhado por outro profissional da categoria.
DECISÃO CRP: Arquivamento
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 25/09/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Eliandro Rômulo Araújo

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP
Nº 1194/2015- ORIGEM - CRP-16 (001/2014):**

EMENTA – Clínica com irregularidades na prestação de serviços de Psicologia.
DECISÃO CRP: Multa no valor de 05 anuidades.
DECISÃO CFP: Multa no valor de 05 anuidades.
DATA DO JULGAMENTO: 25/09/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Meire Nunes Viana

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP
Nº 1192/2015- ORIGEM - CRP-06 (017/2012):**

EMENTA – Laudo psicológico parcial e tendencioso.
DECISÃO CRP: Censura pública
DECISÃO CFP: Censura pública
DATA DO JULGAMENTO: 25/09/2015

PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Vera Lúcia Morselli

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP
Nº 1331/2015 - ORIGEM - CRP-09 (005/2013):**

EMENTA – Laudo psicológico parcial e tendencioso.
DECISÃO CRP: Advertência
DECISÃO CFP: Advertência
DATA DO JULGAMENTO: 23/10/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Sérgio Luis Braghini

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP
Nº 1377/2015 - ORIGEM - CRP-06 (002/2008):**

EMENTA – A psicóloga teria influenciado a paciente a alugar um imóvel para a psicóloga.
DECISÃO CRP: Cassação, ad referendum CFP
DECISÃO CFP: Cassação
DATA DO JULGAMENTO: 23/10/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Meire Nunes Viana

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP
Nº 1394/2015 - ORIGEM - CRP-07 (008/2011):**

EMENTA – Laudo psicológico parcial e tendencioso.
DECISÃO CRP: Advertência;
DECISÃO CFP: Devolução ao CRP-07 para diligências.
DATA DO JULGAMENTO: 23/10/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Vera Lúcia Morselli

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP
Nº 1430/2015- ORIGEM - CRP-04 (001/2010):**

EMENTA – Laudo psicológico parcial e tendencioso em suspeita de abuso sexual.
DECISÃO CRP: Censura pública
DECISÃO CFP: Censura pública
DATA DO JULGAMENTO: 23/10/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Dorotéa de Cristo Albuquerque

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP
Nº 1543/2015 - ORIGEM - CRP-06 (013/2012):**

EMENTA – Irregularidades na internação de dependentes químicos involuntários.

DECISÃO CRP: Cassação do registro de Pessoa Jurídica
DECISÃO CFP: Cassação do registro de Pessoa Jurídica
DATA DO JULGAMENTO: 23/10/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Dorotéa Albuquerque de Cristo.

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP
Nº 1544/2015 - ORIGEM - CRP-06 (14/2013):**

EMENTA – Laudo psicológico parcial e tendencioso.
DECISÃO CRP: Advertência
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 20/11/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Rogério de Oliveira

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP
Nº 1545/2015 - ORIGEM - CRP-08 (17/2012):**

EMENTA – Facilitar a aplicação de testes psicológicos por não psicólogo.
DECISÃO CRP: Advertência
DECISÃO CFP: Advertência
DATA DO JULGAMENTO: 20/11/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Maria da Graça Corrêa Jacques

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP
Nº 698/2015 - ORIGEM - CRP-06 (005/2014):**

EMENTA – A clínica psicológica teria adotado procedimentos que infringem a ética profissional.
DECISÃO CRP: Suspensão temporária das atividades de pessoa jurídica
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 20/11/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Roberto Moraes Cruz

**PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP
Nº 2014/2015 - ORIGEM - CRP-08 (007/2012):**

EMENTA – O psicólogo teria desrespeitado locais públicos, profissionais de saúde e conselheiros tutelares.
DECISÃO CRP: Censura pública
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 20/11/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Sérgio Luis Braghini

Conheça o site da comissão de psicologia na educação

PSYNAED

.cfp.org.br



Conselho
Federal de
Psicologia